

## **PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: DINÂMICA E RESISTÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL NO SISTEMA POLÍTICO ANGOLANO**

**JOSÉ MANUEL MUSSUNDA DA SILVA<sup>1</sup>;**  
**ETIENE VILLELA MARRONI<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – e-mail: mussundamiranda@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – email: evmarroni@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

O debate sobre transição, democracia e participação da sociedade civil estão entre os conceitos mais polissêmico do estudo da teoria contemporânea da democracia. Na literatura clássica e contemporânea da CP, alguns estudos apontam que o debate está ligada à teoria deliberativa, participacionista e do pluralismo na esfera pública, a partir dos estudos de Rousseau, no século XVI, por meio da defesa da vontade geral/povo como inalienável nas democracias. No entanto, para este autor, “[...] é através da construção da vontade geral [...] que se constitui a conexão entre as esferas sociais subjetivas e políticas, pois é ela que gera o povo como sujeito coletivo” (DURIGUETTO, 2007, p.41).

Todavia, no campo da teoria da democracia institucionalista a proposta Rousseauiana é refutada por Schumpeter (1961), pois conceitua o debate sobre democracia como arranjo democrático, onde as pessoas são movidas por opiniões e desejos isolados, na qual “[...] as vontades individuais estão muito divididas, muito provável que as decisões políticas produzidas não sejam aquilo que o povo deseja realmente” (ibid., 1961, p.305). Para o autor, os indivíduos agem na base de argumentação racional.

Desse modo, o debate sobre democracia e participação é demasiadamente minimalista enquanto resume a participação cívica dos cidadãos no exercício eleitoral por meio da escolha racional de seus dirigentes. Aqui, o povo como organização coletiva não existe, as ações são raciocinadas baseando-se na sua própria ideia e objetivo. No entanto, é no âmbito de um Estado democrático ou poliárquico que permite a participação e deliberação pública além do modelo eleitoral, onde a sociedade civil, nomeadamente, tem espaço para se afirmarem através de mobilizações cívicas (Dahl, 2005 e Habermas, 1997).

Neste sentido, trata-se do projeto de dissertação em andamento, objetiva analisar o processo de transição democrática, dinâmica e resistência da sociedade civil no sistema político angolano, a partir do período cronológico de 1991 a 2010.

O campo temático manifesta problemas que precisam ser identificados quiçá superados. Para tal, considerações sócio-históricas e políticas é importante para identificar a participação da sociedade civil no processo de transição de regime autoritário para democracia em Angola. Bem como refletir as motivações que emanaram a implantação do regime supracitado e seus modus operandi na Angola contemporânea.

Angola tornou-se independente do jugo colonial no dia 11 de novembro de 1975, fruto da sangrenta luta entre as tropas portuguesas e os Movimentos de Libertação Nacional de Angola. A independência foi um processo de transição de regime, mas não garantiu a paz social e política em Angola, no mesmo ano, o

país mergulhou num clima de crise e instabilidade da ordem nacional num contexto de disputa armada do poder, tendo por isto o país sido rapidamente mergulhado numa guerra civil protagonizado pelos três Movimentos (MPLA, FNL e UNITA) com intervalo em 1991, ano em que deu-se o processo de transição de regime autoritário para democracia e realização de eleições multipartidária.

Além da guerra civil, o Estado angolano, liderado pelo partido MPLA, instituiu o sistema de partido único. O regime de partido único foi um momento de autoritarismo, repressão e perseguição aos cidadãos da sociedade civil. Desse modo, assistiu-se à falta de participação da sociedade civil nos espaços públicos, as liberdades fundamentais (liberdade de expressão e pensamento) e a criação de associativismo eram inibidas e restritas às organizações pertencentes ao partido no poder. Porquanto, não havia competição eleitoral, tampouco pluralismo informativo (ANTÓNIO, 2013).

Neste sentido, o monopartidarismo impulsionou nos acontecimentos trágicos, por exemplo, o episódio do 27 de maio de 1977 que resultou no assassinato de vários cidadãos angolanos e estrangeiros majoritariamente membros do mesmo partido MPLA, os protagonistas pretendiam manifestar-se contra as injustiças sociais. O cenário mexeu com a estrutura estruturante da sociedade angolana e tornou o partido MPLA mais violento e seletivo de seus membros (ANTÓNIO, 2013). Ou seja, Angola tornou-se uma sociedade autoritária marcada pela presença da elite militar, opressão e repressão policial, corrupção, nepotismo, clientelismo, etc., (TEIXEIRA, 2015).

Portanto, não obstante a garantia formal de liberdade de associação e expressão consagrada pela lei constitucional de 1991 e pela atual constituição da República de 2010, a participação da sociedade civil tem sido limitada pela colonização do espaço público pelos poderes dominantes, isto é, partidos políticos.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa proposta é caracterizada pelo método qualitativo, de natureza bibliográfica e exploratória. A pesquisa exploratória nos dá uma visão global da proximidade com o problema de pesquisa e descoberta de novas ideias. Para tal, foram consultadas e lidas referências literárias que proporcionam maior familiaridade com o nosso problema, objetivos e hipóteses.

Para melhor tratamento dos objetivos e apreciação desta pesquisa, observou-se a necessidade da revisão bibliográfica. Pois, se faz necessário por coleção de materiais já elaborados que se relacionam com a proposta da temática e conseguirão fornecer dados atuais e relevantes para a pesquisa.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Volvido alguns anos após a independência e o episódio do facciosismo 1975 – 1977, o ano de 1989 significou para Angola, um marco histórico para democracia do país, pois deu-se o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim e o desmoronamento do sistema socialista (CARDOSO, 1995). Na sequência, marcou-se alguns acontecimentos políticos e econômicos, sobretudo a caracterização do fenômeno chamado de terceira onda de democratização para os países do sul e leste da Europa, da América-Latina e África (HUNTINGTON,

1994). Em Angola, marca-se o processo de transição de regime do partido único para regime democrática e multipartidarismo (ANTÓNIO, 2013; PESTANA, 2002).

A transição “[...] não foi simplesmente uma transição de Elite, mas também, movimentos de protestos em massa e mobilização de organizações particulares, sindicatos e entidades religiosas” (LARMER, p.256).

Corroborando, Mutzenberg (2016), afirma que, a década de 90 em África foi um momento decisivo dos movimentos sociais que com espírito de coletividade buscaram cooperar com outros movimentos ocidentais. O autor deixa claro que, diferente dos movimentos ocidentais, os africanos têm uma pauta de protestos muito específicos, tais como a luta pelo emprego, fome, desigualdade e alternância política ou de regime.

Dito isso, a sociedade civil na época foi bastante ativa em Angola, sobretudo na resolução dos conflitos e abertura da esfera pública plural e denúncia perante a má governação, corrupção e pilhagem da economia do país. Igualmente, associações ligadas às igrejas procuravam também a reconciliação e perdão entre os contendores da guerra civil no país (ANTÓNIO, 2013; CARDOSO, 2008).

No período da transição criou-se uma classe de intelectuais da sociedade civil que buscavam pensar o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do país. Todavia, em oposição ao governo angolano criou paralelamente um conjunto de organizações da sociedade civil vinculadas a si. A Fundação José Eduardo dos Santos (FESA), pertencente ao Presidente da República, e o Fundo de Solidariedade Social Lwini, de propriedade da primeira-dama, Ana Paula dos Santos, com o intuito de reabilitar a imagem do ex-Presidente a nível internacional, mediante a distribuição de serviços sociais, com recursos originários dos cofres públicos e de petrolíferas (ANTÓNIO, 2013, p.107).

De acordo com Christine Messiant (1999) a FESA surge com finalidades próprias, individuais e privadas. Isto é, em certos momentos a fundação surge como clientela do Estado, beneficia do dinheiro do erário público para fins privados.

Na Angola contemporânea, com aprovação da primeira Constituição da República em 2010, alguns princípios basilares, liberdade de expressão e manifestação “[...] passou a se constituir uma das garantias mais evocadas e exercidas por alguns cidadãos” (ANTÓNIO, 2013, p.128–137). Logo, presenciou-se a prática de mobilização dos jovens nos espaços públicos, com intuito de participarem ativamente na *polis*, sobretudo contestarem questões socioeconômica, longevidade do regime do MPLA no poder e perda de compra de muitas famílias (BARROS, 2014).

Quitunga (2015), observa que, o nepotismo, suborno e a situação econômica dos cidadãos, resultaram no desenvolvimento de ondas de protestos “manifestações” na cidade capital do país, Luanda, majoritariamente pelos jovens “revuls”. Nessa direção, além da situação econômica, (ANTÓNIO, 2013), os jovens da sociedade civil também realizavam protestos contra o ex-Presidente da República José Eduardo dos Santos (doravante JES), que neste ano, estava mais de 30 anos no poder, desde que tomou posse em 1979.

#### 4. CONCLUSÕES

Uma das grandes ferramentas na consolidação de um Estado democrático e de direito é zelar pelas garantias e liberdades fundamentais dos cidadãos (princípio da igualdade, direito à vida, liberdade de pensamento e expressão, de criação e participação em organizações cívicas, manifestação, implementação de políticas públicas).

Nessa direção, a sociedade civil tem desempenhado papel importante na conscientização popular através de demonstrações de protestos públicos, debates, músicas, etc. A participação continua influenciando na luta pela defesa do Estado, particularmente no que se refere ao seu formato, modo de funcionamento e deliberação de políticas públicas; fazem sugestões de políticas sociais e públicas; insistem que necessitam do reconhecimento de um espaço voltado para ações coletivas (TEXEIRA, 2015).

Desse modo, a esfera pública se torna a ferramenta de comunicação onde a sociedade civil desenvolve suas ações no acesso à participação de emitir opinião, liberdades individuais e coletivas. Contudo, a esfera pública constitui a arena viva, dinâmica e simbólica e são importantes na consolidação da democracia, oferecem a oportunidade de inclusão do público, a maioria da população marginalizada do processo de tomada de decisão.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTÓNIO, N. D. **Transição pela transição:** uma análise da democratização em Angola. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.
- CARDOSO, C. Sociedade civil, Espaço público e Gestão de conflitos: O caso da Guiné-Bissau. **CODESRIA**, Yaoundé, Cameroun, p. 1-27, nov./dez 2008.
- DAHL, R. A. Poliarquia: Participação e Oposição. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- DIRIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia:** um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2, 1997.
- HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda:** a democratização no final do século XX. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- LARMER, M. Lutas de movimentos sociais na África. **Revisão da economia política africana**, v.37, n. 125, p. 251-262, setembro 2010.
- MUTZENBERG, L. B. E. R. Movimentos sociais, Estado e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, p. 1-14, setembro 2016. ISSN 1645-3794.
- QUITUNGA, A. D. **O Poder da Informação nas Relações Internacionais:** Os Efeitos da Primavera Árabe em Angola. Évora: ECS, 2015.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- TEIXEIRA, R. J. D. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o Estado.** UFPE/Recide, ed. 2015.